1 INTRODUÇÃO

O marco inicial da controvérsia contemporânea entre liberais e comunitários foi a publicação, no ano de 1971, de *A Theory of Justice*, de John Rawls, obra que imediatamente suscitou – conforme as palavras de André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois – um grande número de objeções, comentários e discussões.¹ Se do lado dos liberais podemos citar, além de Rawls, autores como Thomas Nagel, Thomas Scanlon e Ronald Dworkin, entre os comunitários é possível mencionar Alasdair MacIntyre, Michael Sandel, Charles Taylor e Michael Walzer.²

A compreensão do debate envolvendo liberais e comunitários é marcada por uma série de dificuldades que são abordadas por André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois.³ Primeiramente, há o fato de sua extensão temporal, visto que se trata de um debate recorrente, que vez por outra reaparece, e no qual as referências utilizadas são muito vastas, abrangendo pensadores como Jeremy Bentham, J. S. Mill, Aristóteles, Hegel, Kant, etc.⁴ Em segundo lugar, não é sempre fácil demarcar as fronteiras entre os dois grupos, pois o debate não opõe doutrinas filosóficas claramente definidas. Por exemplo: quando se trata de explicar o papel das tradições locais na gênese da identidade moral, Michael Walzer está muito mais próximo de MacIntyre do que dos liberais; porém, quando critica a rejeição de MacIntyre à idéia dos direitos individuais, Walzer se posiciona ao lado dos liberais.⁵ Por fim, é possível mencionar uma terceira dificuldade, referente ao fato de que as divergências teóricas nem sempre se

¹ Cf. André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois, “Introduction Générale”, in *Libéraux et Communautariens*, André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois (orgs.), Paris, PUF, 1997, p. 1. Para uma relação das principais obras que se seguiram ao texto de Rawls, ver pp. 21 e 22.

² Ubiratan Borges de Macedo, a seu turno, entende que o debate “liberalismo x comunitarismo” é objeto de uma denominação imprópria, pois, a rigor, conta com liberais em ambos os lados. De acordo com o autor, o que se debate “é um confronto entre uma concepção de homem moderna, individualista, racionalista e universalista, versus antropologias sociais, históricas, hermenêuticas e contextualistas”. Ubiratan Borges de Macedo, *A Presença da Moral na Cultura Brasileira*, Londrina, UEL, 2001, p. 28.

³ Ver André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois, *Introduction Générale*, op. cit., pp. 4 à 6. Apenas reproduzimos a análise dos três.

⁴ Cf. André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois, *Introduction Générale*, op. cit., p. 4.

⁵ Cf. André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois, *Introduction ...*, op. cit., pp. 4 e 5.

refletem no terreno das posições políticas concretas. A título ilustrativo, podemos encontrar em meio aos comunitaristas tanto autores conservadores como democratas radicais.⁶

Estas dificuldades, entretanto, não impedem que se fale de liberais e comunitários e que se reconheça alguns caracteres próprios a cada um dos **teams**. Dessa forma, os liberais, herdeiros de Locke, Kant e Mill, partilham “le même souci de la liberté de conscience, le même respect des droits de l’individu, et une méfiance commune vis-à-vis de la menace que peut constituer un État paternaliste”.⁷ Os comunitários, por sua vez, tendo raízes no aristotelismo, na tradição republicana renascentista, no romantismo alemão ou na hermenêutica contemporânea, partilham “une égale méfiance envers le morale abstraite, une certaine sympathie envers l’éthique des vertus et une conception de la politique où il y a beaucoup de place pour l’histoire et les traditions”.⁸

A controvérsia liberais versus comunitários – Kant e Hegel, outra vez⁹ – está vinculada a algumas antinomias essenciais, como indivíduo x comunidade, direitos x virtudes, justo x bem, etc.¹⁰ Will Kymlicka observa que, enquanto os

⁶ Cf. André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois, Introduction ..., op. cit., p. 5.

⁷ André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois, Introduction ..., op. cit., p. 6.

⁸ André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois, Introduction ..., op. cit., p. 6.

⁹ Referimo-nos aqui ao título de um ensaio de Carlos Santiago Nino (inserido em *El Constructivismo Ético*), no qual o professor argentino diagnostica: “Luego que el liberalismo mantuvo el cuasi-monopolio del campo filosófico – político durante décadas – el que sólo se veía perturbado por controversias internas – él debe enfrentar nuevamente posturas que ahora se suelen llamar ‘comunitarias’. El espectro de Hegel desafía una vez más al espíritu de Kant”. Carlos Santiago Nino, *El Constructivismo Etico*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1989, p. 137. Traçando um paralelo entre as críticas comunitaristas ao liberalismo contemporâneo e a crítica de Hegel ao liberalismo clássico, Will Kymlicka nos ensina: “Há, de fato, numerosas semelhanças entre as críticas comunitaristas ao liberalismo moderno e a crítica feita por Hegel à teoria liberal clássica (...). Liberais clássicos como Locke e Kant tentaram identificar uma concepção universal das necessidades humanas ou da racionalidade humana e depois invocaram essa concepção a-histórica do ser humano para avaliar a organização social e política existente. Segundo Hegel, esse tipo de concepção – que ele chamava **Moralität** – é demasiado abstrata para ser de grande utilidade, mas também demasiado individualista, pois negligencia o fato de que os humanos se inserem, inevitavelmente, em práticas históricas e relações particulares. A outra óptica – que Hegel chamava **Sittlichkeit** – sublinha que o bem dos indivíduos – na verdade, sua identidade mesma e sua capacidade de ação moral – está estreitamente ligado às comunidades às quais pertencem, bem como aos papéis sociais e políticos particulares que nelas ocupam (...).

Muitos escritos comunitaristas da atualidade reproduzem esse contraste entre **Moralität** e **Sittlichkeit**. A exemplo de Hegel, os comunitaristas acusam os liberais modernos de adotarem um ponto de vista abstrato e individualista e propõem uma perspectiva mais contextual e mais influenciada pela noção de comunidade. No entanto, se os grandes temas do debate entre liberais e comunitaristas são familiares, as questões e as perspectivas específicas são novas, refletindo preocupações claramente modernas quanto à natureza da comunidade nas democracias ocidentais do final do século XX.” Will Kymlicka, “Comunitarismo”, tradução de Paulo Neves, in

filósofos liberais da atualidade pouco têm a dizer sobre o ideal de comunidade (pensemos, por exemplo, em Rawls, que embora não refute o valor da comunidade, está preocupado verdadeiramente em oferecer uma interpretação dos conceitos de liberdade e igualdade), a tese central dos autores comunitários é “precisamente a necessidade de preocupar-se com a comunidade da mesma forma que com a liberdade e a igualdade, até mesmo lhe dando prioridade”.¹¹ Na medida em que consideram que o valor da comunidade não é reconhecido como deveria pelas teorias liberais da justiça, assim como pela cultura pública das sociedades liberais, os novos comunitaristas, acrescenta, são unidos pela crença de que a filosofia política deveria dar mais atenção às práticas e às concepções partilhadas no interior de cada sociedade.¹² Ainda de acordo com Kymlicka, embora concordem quanto à necessidade de modificar os princípios liberais tradicionais de justiça e de direitos, os comunitaristas divergem a respeito das modificações a serem feitas nos referidos princípios. Conseqüentemente, adverte Will Kymlicka, é possível distinguir correntes distintas no seio do pensamento comunitarista:

Alguns comunitaristas pensam que a comunidade substitui a necessidade de princípios de justiça. Outros consideram que a justiça e a comunidade são perfeitamente compatíveis, mas acham que, para apreciar concretamente o valor da comunidade, precisamos modificar nossa concepção de justiça. Estes últimos pensadores dividem-se em dois campos. Um sustenta que a comunidade deve ser vista como a fonte dos princípios de justiça (a justiça deve fundar-se sobre as compreensões partilhadas da sociedade, e não sobre princípios universais e a-históricos); o outro afirma que a comunidade deveria desempenhar um papel cada vez maior no conteúdo dos princípios de justiça (a justiça deveria dar mais importância ao bem comum e menos aos direitos individuais).¹³

Chandran Kukathas e Philip Pettit assinalam que se os liberais entendem que a boa sociedade é um quadro de direitos e liberdades (no interior do qual os indivíduos perseguem seus objetivos de modo individual ou em associação voluntária), não podendo, portanto, ser governada por fins comuns, os comunitaristas, ao contrário, defendem a existência de “uma sociedade governada

Dicionário de Ética e Filosofia Moral, Volume 1, Monique Canto-Sperber (org.), São Leopoldo, Unisinos, 2003, p. 292.

¹⁰ Ver André Berten, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois, Introduction ..., op. cit., p. 6.

¹¹ Will Kymlicka, “Comunitarismo”, op. cit., p. 292.

¹² Cf. Will Kymlicka, “Comunitarismo”, op. cit., pp. 292 e 293.

¹³ Will Kymlicka, “Comunitarismo”, op. cit., p. 293.

¹⁴ Chandran Kukathas e Philip Pettit, Rawls. *Uma Teoria da Justiça e os seus Críticos*, tradução de Maria Carvalho, Lisboa, Gradiva, 1995, p. 114. Ver também p. 113.

¹⁵ Cf. Chandran Kukathas e Philip Pettit, Rawls. *Uma Teoria da Justiça e os seus Críticos*, op. cit., pp. 111 e 115.

¹⁶ Cf. Carlos Santiago Nino, *El Constructivismo Ético*, op. cit., p. 141.

por uma preocupação com o bem comum, em que o bem da comunidade é proeminente”.¹⁴ Além disso, escrevem Kukathas e Pettit, se, por um lado, os liberais se esforçam para revelar princípios morais capazes de avaliar as instituições sociais e políticas de qualquer sociedade, por outro, os comunitários concebem a moralidade como algo que se enraíza nas práticas particulares das comunidades reais e, coerentes com esta perspectiva, negam a existência de princípios universais de moralidade ou de justiça.¹⁵

O enfoque comunitarista, de acordo com Carlos Santiago Nino, apresenta quatro aspectos: (a) os princípios de justiça e correção moral são derivados a partir de uma certa concepção do bem; (b) o elemento social é fundamental para a concepção do bem; (c) os direitos e as obrigações dos indivíduos são relativos às particularidades de suas relações com outros indivíduos, à sua posição social e às peculiaridades da sociedade; e (d) a crítica moral fica na dependência da prática moral de cada sociedade, tal como manifestada nas tradições, convenções e instituições sociais.¹⁶ O autor entende, talvez com certo exagero, que, se num primeiro momento o comunitarismo pode parecer atraente – na medida em que enfatiza uma visão realista do homem (em oposição ao atomismo liberal), assim como a vinculação entre valores e valorações sociais, a importância dos laços familiares e sociais como base de direitos e deveres especiais, etc. – em um segundo momento pode revelar seu lado obscuro, uma vez que suas características, levadas às últimas conseqüências, podem ensejar uma visão totalitária da sociedade. Na interpretação de Santiago Nino:

La primacía de lo bueno sobre los derechos individuales permite justificar políticas perfeccionistas que intenten ideales de excelencia o de virtud personal aún cuando los individuos no lo perciban como tales y, por ende, no suscriban a ellos. En efecto, si los derechos son solo medios para satisfacer alguna concepción de lo bueno ¿por qué no prescindir de los derechos cuando ellos perturban tal satisfacción que puede ser alcanzada más eficazmente de otro modo? La idea de que el elemento social es prevalente en una concepción de lo bueno puede conducir a justificar sacrificios de los individuos como medio para promover o expandir el florecimiento de la sociedad o del estado concebido en términos holísticos. La exaltación de los vínculos particulares con grupos sociales como la familia o la Nación puede servir de fundamento a las actitudes tribalistas o nacionalistas que subyacen a buena parte de los conflictos que la humanidad debe enfrentar. Por último, la dependencia de la crítica respecto de la práctica moral puede dar lugar a un relativismo conservador que, por un lado, es inepto para resolver conflictos entre quienes apelan a tradiciones o prácticas diferentes y, por el otro lado, no permite la valoración de esas tradiciones o prácticas en el contexto de una sociedad, ya que la valoración presupondría esas prácticas y no

es posible discriminar entre prácticas valiosas o disvaliosas sin contar con principios morales que sean independientes de ellas.¹⁷

Em nossa tese de doutorado realizaremos um estudo comparativo, no campo da teoria da justiça, envolvendo a teoria da igualdade complexa, de Michael Walzer, e a teoria da justiça como imparcialidade, de John Rawls. Trata-se, portanto, de um estudo comparativo de autores, com base na categoria da justiça distributiva.¹⁸ Nosso objetivo é verificar se a teoria da igualdade complexa, com sua metodologia particularista e seus princípios internos de distribuição, possibilita, como apregoa Walzer, a crítica social ou se esta, de outra forma, deve estar associada a uma moral universalista.

No primeiro capítulo – Empirismo e Racionalismo: Metodologias em Confronto – examinaremos a metodologia particularista de Michael Walzer e a metodologia racional – dedutiva de John Rawls. Como em todos os capítulos da tese, o primeiro item é dedicado a Walzer e o segundo a Rawls. No âmbito do presente capítulo, iniciamos o primeiro item (Particularismo metodológico, pluralismo e igualdade complexa) mencionando alguns dados referentes a Michael Walzer e à sua produção teórica. Em seguida, em que pesem algumas opiniões em contrário (pensemos em Rafael del Águila, para quem o autor de *Spheres of Justice* está situado em uma espécie teórica denominada de “comunitarismo liberal”), justificamos nosso entendimento no sentido de que Walzer é um autêntico comunitarista. Veremos ainda que, de acordo com Walzer, a justiça deve ser abordada com base em uma metodologia particularista (neste sentido, contrapõe-se a Rawls, que se utiliza de uma metodologia abstrata e

¹⁷ Carlos Santiago Nino, *El Constructivismo Ético*, op. cit., p. 141. Para um aprofundamento do complexo debate envolvendo liberais e comunitários, ver Stephen Mulhall e Adam Swift, *Liberals and Communitarians*, 2ª ed., Oxford, Blackwell, 1996 e Justine Lacroix, *Communautarisme versus Libéralisme*, Bruxelles, Editions de L’Université de Bruxelles, 2002. Um exame detalhado deste debate, marcado por infindáveis nuances e dificuldades, fugiria aos nossos propósitos. O panorama que acabamos de fornecer justifica-se pelo fato de que os dois autores que serão estudados ao longo da tese estão inseridos no referido debate.

¹⁸ O conceito de justiça distributiva remonta a Aristóteles. No livro V de sua *Ética a Nicômacos* lê-se: “Uma das espécies de justiça em sentido estrito e do que é justo na acepção que lhe corresponde, é a que se manifesta na distribuição de funções elevadas de governo, ou de dinheiro, ou das outras coisas que devem ser divididas entre os cidadãos que compartilham dos benefícios outorgados pela constituição da cidade, pois em tais coisas uma pessoa pode ter uma participação desigual ou igual à de outra pessoa (...)”. Mais adiante, o estagirita acrescenta que “aquilo que é distribuído às pessoas deve sê-lo ‘de acordo com o mérito de cada uma’; de fato todas as pessoas concordam em que o que é justo em termos de distribuição deve sê-lo de acordo com o mérito em certo sentido, embora nem todos indiquem a mesma espécie de mérito (...)”. Aristóteles, *Ética a Nicômacos*, 4ª ed., tradução de Mário da Gama Kury, Brasília, Universidade de Brasília, 2001, pp. 95 e 96.

racional dedutiva). O autor de *Spheres* deixa claro que, ao contrário da maioria dos filósofos, não busca um ponto de vista objetivo e universal, pois acredita que a melhor maneira de fazer filosofia é interpretando para os concidadãos o mundo de significados que todos compartilham. Michael Walzer concebe a justiça distributiva como uma idéia extensa, visto que há uma multiplicidade não apenas de bens, mas também de procedimentos, agentes e critérios distributivos. Esta multiplicidade exige o estudo dos bens e das distribuições em diferentes épocas e lugares. Conforme acentuaremos, o relato da justiça walzeriano é pluralista não apenas porque diferentes culturas desenvolvem diferentes arranjos distributivos, mas também porque os arranjos, no interior de cada cultura, variam em função do bem a ser distribuído. Após enumerar as seis proposições que sintetizam a teoria dos bens proposta por Walzer, examinaremos as definições de predomínio e monopólio, mostrando que o autor condena o primeiro, mas admite o segundo. A diferenciação entre monopólio e predomínio nos conduzirá à distinção entre igualdade simples e igualdade complexa. Constataremos, uma vez descartado o regime da igualdade simples (que torna-se inviável, em função de sua instabilidade), que Walzer defende o regime da igualdade complexa. Finalizaremos o tópico reproduzindo o princípio distributivo aberto.

O segundo item (Retorno à ética normativa e contratualismo) é iniciado com a apresentação de breves dados biográficos de John Rawls. Num segundo momento enfatizaremos a importância do referido autor (a partir dos testemunhos de Mariano Grondona, Nythamar de Oliveira, Samuel Freeman e Fernando Vallespín) e mostraremos o impacto causado pela publicação de *A Theory of Justice*, devido não apenas às qualidades intrínsecas do livro mas também ao contexto histórico de seu aparecimento. Nosso terceiro passo consistirá em inserir Rawls no âmbito da tradição liberal, ou, mais especificamente, na corrente dos liberais igualitários. Superada esta etapa, mostraremos que a publicação de *Uma Teoria da Justiça* significou um recomeço para a teoria política (visto que a obra reconcilia o estudo do politicamente desejável com o estudo do institucionalmente exequível), para, em seguida, enfrentarmos a discussão mais longa e complexa do item, qual seja: o papel da teoria da justiça como imparcialidade (com suas questões de moralidade substancial) no retorno à ética normativa, após décadas de predomínio do discurso metaético (com sua abordagem centrada nos problemas relacionados à linguagem moral), visto que a filosofia analítica substituíra a ética

normativa por uma metaética. Como veremos, Rawls defende um retorno à ética normativa com o paralelo abandono da ética analítica. O retorno à ética normativa, portanto, é uma questão essencial para a compreensão da teoria rawlsiana. Por fim, mostraremos que o professor de filosofia moral de Harvard propõe uma fundamentação contratualista para os princípios de justiça distributiva, isto é, recorre à teoria do contrato social para fundamentar racionalmente a ética.

O segundo capítulo da tese - Princípios de Justiça Distributiva - volta-se, inicialmente, para o exame dos princípios internos de distribuição que caracterizam a igualdade complexa e, posteriormente, para o exame dos dois princípios de justiça que decorrem do construtivismo ético rawlsiano. No item intitulado “Esferas de justiça e princípios internos de distribuição”, nossa primeira preocupação será mostrar que, no entendimento de Michael Walzer, a livre-troca, o merecimento e a necessidade não servem como critérios gerais de distribuição. Num segundo momento, enfocaremos o conceito de pertencimento ou qualidade de membro, visto que a comunidade política é o cenário da discussão relativa à justiça distributiva. Depois (esclarecido que consideraremos o pertencimento, não como uma esfera propriamente dita, mas como um pressuposto para a discussão das esferas) analisaremos cada uma das esferas de justiça com seus princípios internos de distribuição: segurança e previdência, dinheiro e mercadorias, cargos públicos, trabalho duro, tempo livre, educação, parentesco e amor, graça divina, consideração social e poder político. Cabe esclarecer desde já que esta lista reflete apenas as principais categorias de bens distribuídos nas democracias liberais contemporâneas e, especialmente, nos Estados Unidos, ou seja, não tem qualquer pretensão de validade universal. Começaremos o segundo item (Construtivismo ético e princípios racional-dedutivos de distribuição) examinando o contraste entre o construtivismo político da justiça como imparcialidade e o intuicionismo racional, assim como entre aquele e o construtivismo moral kantiano. A tarefa seguinte será dedicada à investigação da idéia da posição original. A seguir, enumeraremos e analisaremos os princípios de justiça escolhidos pelas partes para governar a estrutura básica da sociedade. Por fim apontaremos a contraposição existente entre a teoria da justiça como imparcialidade e as doutrinas tradicionais do perfeccionismo e do utilitarismo.

Chegamos ao terceiro e último capítulo: Moralidade e Tolerância. O primeiro item (As duas formas da argumentação moral e a tolerância no contexto de um relativismo atenuado) abrangerá, por assim dizer, dois blocos temáticos. O primeiro deles será dedicado ao exame dos dois tipos (diferentes, porém, inter-relacionados) de argumento moral: (a) o denso (thick) e particularista, que se relaciona com os valores dos indivíduos que compartilham uma mesma história e cultura e (b) o tênue (thin) e universalista, vinculado aos valores comuns compartilhados por todos os indivíduos, não importa a cultura na qual estejam inseridos. O segundo bloco temático confunde-se com a abordagem walzeriana a respeito da tolerância. Abordaremos não apenas os cinco regimes ou arranjos de tolerância enumerados por Walzer, como também os três casos complicados aos quais o autor se refere. No segundo item (Concepção política de justiça e tolerância), analisaremos, inicialmente, as características de uma concepção política de justiça. Em seguida mostraremos que o liberalismo político rawlsiano não se confunde com o liberalismo abrangente, tal como encontrado, por exemplo, em Kant ou Mill. A próxima etapa consistirá em esclarecer a idéia de um consenso sobreposto de doutrinas abrangentes e razoáveis. Embora Rawls não tenha, ao contrário de Walzer, dedicado um trabalho específico ao tema da tolerância, vamos verificar que este se faz presente em vários pontos de sua obra, sendo importante mencionar que o liberalismo político aplica o princípio de tolerância em relação à própria filosofia. Para encerrar, explicitaremos o caráter universalista da teoria da justiça como imparcialidade. Este é, em síntese, o trajeto que pretendemos percorrer para verificar, como especificado acima, se o relativismo walzeriano possibilita uma crítica social bem fundamentada ou se, diferentemente, esta crítica deve estar vinculada a um modelo universalista de moralidade.